

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 714-D DE 2003

Regulamenta as transmissões da TV
Câmara, da TV Senado e da TV Jus-
tiça, em canal aberto, para todo o
território nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece dispositivos que re-
gulamentam a transmissão das programações da TV Câmara, da
TV Senado e da TV Justiça, em canal aberto, para todo o
território nacional.

Art. 2º A Câmara dos Deputados, o Senado Federal
e o Supremo Tribunal Federal deverão tomar todas as provi-
dências necessárias e cabíveis para o fornecimento dos si-
nais em nível técnico adequado para toda prefeitura que so-
licitar os Serviços de Retransmissão de Televisão - RTV e
de Repetição de Televisão - RpTV com o objetivo de veicular
os sinais da TV Câmara, da TV Senado e da TV Justiça no âm-
bito do Município.

§ 1º A obrigatoriedade a que se refere o *caput*
deste artigo ficará sujeita à efetiva disponibilidade de
canais, que deverá ser aferida pelo órgão competente do Po-
der Executivo.

§ 2º O fornecimento dos sinais de que trata o
caput deste artigo ficará sujeito à autorização dos Servi-
ços de Retransmissão de Televisão e de Repetição de Televi-
são outorgados pelo Poder Executivo.

§ 3º A retransmissão dos sinais de que trata o §
2º deste artigo deverá ser realizada a expensas das prefei-

turas que solicitarem a exibição das imagens da TV Câmara, da TV Senado e da TV Justiça.

§ 4º A retransmissão dos sinais de que trata o § 2º deste artigo deverá reproduzir as programações integrais da TV Câmara, da TV Senado e da TV Justiça, não sendo admitidas inserções de qualquer tipo.

Art. 3º Na implantação do Sistema Brasileiro de TV Digital, o Poder Executivo deverá destinar canais exclusivos para a transmissão ou retransmissão dos sinais da TV Câmara, da TV Senado e da TV Justiça em canais abertos, nas radiofrequências relativas à TV Digital.

Art. 4º O Poder Executivo, as Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e o Supremo Tribunal Federal tomarão as providências necessárias e cabíveis para atender ao disposto nesta Lei.

Art. 5º Caberá aos órgãos competentes do Poder Executivo elaborar as normas técnicas para assegurar a aplicação integral desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a sua publicação.

Sala da Comissão, em

Deputado TADEU FILIPPELLI
Presidente

Deputado PAULO MAGALHÃES
Relator